

Demonstrações Financeiras Blue Ocean Embarcações S.A.

31 de dezembro de 2022 e 2021
com o Relatório dos Auditores Independentes

Blue Ocean Embarcações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais 4

Demonstrações do resultado 6

Demonstrações do resultado abrangente 7

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 8

Demonstrações dos fluxos de caixa 9

Notas explicativas às demonstrações financeiras 1



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Sócios e Administradores da
Blue Ocean Embarcações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Blue Ocean Embarcação S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida foi suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

--continuação

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de confiança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

--continuação

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2023.

MRU Auditores Independentes Ltda.

CRC RJ 009.336/O



Elias Xavier de França Junior

Contador CRC RJ 090.827/O



Raul Cacio Soncin Pimentel

Contador CRC RJ 112.682/O

Blue Ocean Embarcações S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	316	92	38.172	13.581
Contas a receber de clientes	8	-	-	66.155	47.054
Estoques de materiais	7	-	-	14.611	17.473
Impostos a recuperar	17	173	173	13.562	18.066
Adiantamentos de despesas	16	-	-	10.737	4.658
Ativos contratuais	9	-	-	44	6.720
Instrumento financeiro derivativo		-	-	3.626	-
Dividendos a receber	10	-	941	-	-
Outras contas a receber		-	-	3.986	106
Total do ativo circulante		489	1.206	150.893	107.658
Não circulante					
Ativos contratuais	9	-	-	9.889	13.000
Estoques de materiais	7	-	-	4.199	5.831
Impostos diferidos ativos	23	-	-	9.547	6.550
Outros ativos		-	-	1.307	87
		-	-	24.942	25.468
Permanente					
Investimento	10	166.231	174.480	-	-
Intangível	11	-	-	25.066	24.430
Imobilizado	12	-	-	117.003	121.942
		166.231	174.480	142.069	146.372
Total do ativo não circulante		166.231	174.480	167.011	171.840
Total do ativo		166.720	175.686	317.904	279.498

Blue Ocean Embarcações S.A.

Balanços patrimoniais --Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos		-	-	77.070	47.041
Obrigações trabalhistas	14	-	-	30.961	27.803
Contas a pagar a fornecedores	15	2	-	7.696	3.707
Impostos a recolher	17	3	1	7.534	5.846
Obrigações contratuais		-	-	906	854
Passivo de arrendamento		-	-	1.041	290
Outras contas a pagar		1	1	3.861	2.032
Total do passivo circulante		6	2	129.069	87.573
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	20.167	15.861
Passivo de arrendamento		-	-	785	360
Provisão para contingências	18	-	-	1.169	20
Total do passivo não circulante		-	-	22.121	16.241
Patrimônio líquido					
Capital social	19	160.350	160.350	160.350	160.350
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	200	-	200	-
Outras reservas	10	13.989	13.834	13.989	13.834
Reserva de retenção de lucros		1.500	1.500	1.500	1.500
Prejuízo acumulado		(9.325)	-	(9.325)	-
Total do patrimônio líquido		166.714	175.684	166.714	175.684
Total do passivo		166.720	175.686	317.904	279.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Blue Ocean Embarcações S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas e/ou serviços	20	-	-	251.972	264.455
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(226.857)	(229.672)
Lucro bruto		-	-	25.115	34.783
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	22	-	-	(48)	(167)
Despesas administrativas	22	(448)	(237)	(29.656)	(25.588)
Despesas gerais	22	-	-	(3.831)	(3.344)
Outras receitas e despesas, liquidas	22	-	4.817	2.423	7.101
		(448)	4.580	(31.112)	(21.998)
Resultado com participação societária					
Equivalência patrimonial	10	(7.576)	3.759	-	-
Amortização de Mais-Valia	10	(1.298)	(1.298)	(1.298)	-
		(8.874)	2.461	(1.298)	-
Antes do resultado financeiro		(9.322)	7.041	(7.295)	12.785
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	21	-	-	10.625	3.755
Despesas financeiras	21	(3)	(3)	(15.653)	(8.084)
		(3)	(3)	(5.028)	(4.329)
Resultado antes dos impostos		(9.325)	7.038	(12.323)	8.456
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	23	-	-	-	(3.029)
Diferido	23	-	-	2.998	1.611
		-	-	2.998	(1.418)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(9.325)	7.038	(9.325)	7.038
		100%	100%	100%	100%
Quantidade de ações		3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação do capital social no fim do exercício		(2,57)	1,39	(2,57)	1,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Blue Ocean Embarcações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(9.325)	7.038	(9.325)	7.038
Resultados abrangentes de investidas	10	155	27	155	27
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(9.170)	7.065	(9.170)	7.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Blue Ocean Embarcações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais)

Nota	Capital social		Outras reservas	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Part. de minoritários	Patrimônio líquido consolidado	
	Capital subscrito	AFAC		Reserva legal	Retenção de lucros					
Em 31 de dezembro de 2020		158.150	800	753	-	-	(5.538)	154.165	14.254	168.419
Compra de minoritários		-	-	13.054	-	-	-	13.054	(14.254)	(1.200)
Aumento de capital social	19	2.200	(800)	-	-	-	-	1.400	-	1.400
Resultados abrangentes	10	-	-	27	-	-	-	27	-	27
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	7.038	7.038	-	7.038
Constituição de reserva legal		-	-	-	75	-	(75)	-	-	-
Constituição de reserva para retenção de lucros		-	-	-	-	1.425	(1.425)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021		160.350	-	13.834	75	1.425	-	175.684	-	175.684
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	19	-	200	-	-	-	-	200	-	200
Resultados abrangentes	10	-	-	155	-	-	-	155	-	155
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(9.325)	(9.325)	-	(9.325)
Em 31 de dezembro de 2022		160.350	200	13.989	75	1.425	(9.325)	166.714	-	166.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Blue Ocean Embarcações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos	(9.325)	7.038	(12.323)	8.456
Ajustes:				
Resultado de equivalência patrimonial	7.106	(3.759)	-	-
Amortização Mais Valia	1.298	1.298	-	-
Depreciação e amortização	-	-	26.488	28.524
Reversão de provisões	-	(4.817)	-	(4.817)
Baixa de imobilizado	-	-	617	275
Juros sobre empréstimos	-	-	8.491	6.011
Variação cambial	-	-	5.173	-
Provisão de multas contratuais	-	-	(2)	2
Provisão para perda de estoques	-	-	-	140
Provisão para contingências	-	-	1.149	(151)
Outros	-	-	-	27
	(921)	(240)	29.593	38.467
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(19.101)	(22.264)
Estoques de materiais	-	-	3.859	(2.434)
IRPJ e CSLL	-	-	2.543	2.301
Impostos a recuperar e a recolher	2	1	3.745	(253)
Adiantamentos	-	-	(7.293)	-
Obrigações trabalhistas	-	-	3.473	2.947
Contas a pagar	2	(76)	3.993	(1.649)
Depósitos judiciais	-	-	1.050	(33)
Outros ativos e passivos	-	-	5.503	318
	4	(75)	(2.228)	(21.066)
Juros pagos	-	-	(7.016)	(6.390)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	(917)	(315)	20.349	11.011
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamento por ações de investidas	-	(1.200)	-	(1.200)
Dividendos recebidos	941	-	471	-
Aplicações em garantia	-	-	1.759	-
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(24.589)	(7.500)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimento	941	(1.200)	(22.359)	(8.700)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital e AFAC	200	1.400	670	1.400
Captação de empréstimos	-	-	94.214	33.650
Depósitos em conta garantia	-	-	-	(4.213)
Liberações de conta garantia	-	-	-	500
Amortizações de empréstimos	-	-	(68.284)	(52.831)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento	200	1.400	26.600	(21.494)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	224	(115)	24.591	(19.183)
Saldo no início do exercício	92	207	13.581	32.764
Saldo no final do exercício	316	92	38.172	13.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Blue Ocean Embarcações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Blue Ocean Embarcações S.A. ("Companhia" ou "Blue Ocean") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Estado do Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída em 2013; no entanto, as suas atividades se iniciaram somente em 2015.

Em Ata de Assembleia Geral de Cotistas realizada em 31 de dezembro de 2021, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio do Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Brazil Capital Growth Partners II com versão da parcela cindida do seu patrimônio para a Glamis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia passando essa a ser a principal acionista da Companhia.

A Companhia tem como objeto social a participação no capital social, na qualidade de sócia ou acionista, de outras sociedades que atuam na fabricação de aço, alumínio ou material composto de embarcações de serviço e de lazer.

Atualmente a Companhia investe na SISTAC Sistemas de Acesso S.A ("SISTAC").

SISTAC Sistemas de Acesso S.A ("SISTAC")

A SISTAC Sistemas de Acesso S.A. ("Sistac") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na rua Vinte e Três, 428 - Gebara, Itaboraí, estado do Rio de Janeiro. Fundada em 1995, surgiu como resultado da busca para desenvolver alternativas com o objetivo de aprimorar os serviços de mergulho existentes no Brasil. No ano de sua fundação, apresentou à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras a técnica de escalada industrial, por meio de diversos trabalhos experimentais. Em 1997, trouxe para o Brasil a então recém-lançada técnica de inspeção de solda por ACFM (Alternated Current Field Measurement).

Em 2005, começou a executar reparos submersos em unidades marítimas, sem interrupção da produção. Em outubro de 2007, começou a operar com mais uma técnica de acesso - o ROV (Remotely Operated Vehicle). Em 2010, apresentou seu primeiro S-DSV (Shallow Diving Support Vessel).

Em 2012 iniciou a sua atividade de Pull-in/ Pull-out e em 2013 deu início à construção da sua terceira embarcação, por forma a aumentar a sua frota de navios para prestação de serviços offshore para a indústria de OH & Gas (O&G), a qual iniciou a sua operação no mês de março de 2015.

Em 24 de janeiro de 2018, foi constituída, na Holanda, a Sistac B.V., que tem por finalidade aproveitar oportunidades de negócio e, durante 2018, adquiriu 4 LDBs (light Diving Boats) e 4 Davits (guincho hidráulico instalados nas embarcações para que os LDBs sejam colocados no mar e ao final das atividades, sejam recolhidos para o convés da embarcação). Esse equipamento está sendo utilizado pela Companhia, em suas operações no Brasil.

Durante o ano de 2018, a Companhia iniciou as atividades de mergulho saturado entre 50 e 300 metros de profundidade e de manutenção de guinchos, aumentando assim, o seu portfólio de serviços.

Durante o ano de 2019, a Companhia consolidou a operação de mergulho profundo até 200 metros e aumentou as atividades de mergulho raso, passando de 6 para 22 frentes de mergulho, contratados pela Petrobras.

SeaSafe Barcos Manufaturados S.A ("SeaSafe")

A SeaSafe Barcos Manufaturados ("SeaSafe"), foi fundada em 2008 e está localizada em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, a SeaSafe é dedicada à fabricação de embarcações de serviço em alumínio naval com até 35 metros de comprimento. A Companhia está posicionada de forma estratégica em seu mercado de atuação, oferecendo a seus clientes toda a experiência necessária para a fabricação de contêineres, caixas de transporte de material e outros equipamentos para área offshore, executando também projetos sob encomenda e prestando serviços técnicos de alta competência e qualificação em alumínio. Existe um contrato

Blue Ocean Embarcações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional (Continuação)

ativo de prestação de serviços, no qual os colaboradores da SeaSafe prestam serviços de apoio e manutenção nos portos aos barcos da Sistac.

Em 08 de dezembro de 2022, a investida SISTAC incorporou a parte relacionada Seasafe Barcos manufaturados S.A (Seasafe ou Incorporada), cujo valor do acervo líquido de incorporação foi de R\$ 5.089. A Sistac e a Seasafe fazem parte do mesmo grupo societário, por sua vez a Seasafe presta serviço exclusivamente para a Sistac nos últimos anos, sendo o o objetivo da incorporação foi otimizar a estrutura administrativa e financeira e adicionalmente otimizar os custos.

O critério de avaliação do patrimônio líquido da incorporada, para fins de incorporação, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30 de setembro de 2022, conforme laudo de incorporação aprovado em ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de dezembro de 2022.

As variações patrimoniais da incorporada posteriores a 30 de setembro de 2022, foram escrituradas nos livros contábeis da incorporadora, refletindo dessa forma o impacto dessas variações no balanço patrimonial da Sistac.

O acervo líquido incorporado na data é apresentada a seguir:

	<u>30/09/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2
Estoques	517
Tributos a recuperar	130
Adiantamentos	2
Imobilizado	6
Total do ativo	657
	<u>30/09/2022</u>
Contas a pagar	(2)
Impostos e contribuições a recolher	(23)
Obrigações sociais e trabalhistas	(50)
Adiantamento de clientes	(351)
Partes relacionadas – Mútuo	(5.320)
Total do passivo	(5.746)
Acervo líquido incorporado	(5.089)

A incorporação resultou na extinção da Seasafe e sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela Sistac. O valor social da incorporadora permaneceu inalterado tendo em vista que a incorporação do acervo líquido não resultou em aumento de capital, tampouco emissão de novas ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional (Continuação)

1.1. COVID 19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto da Covid-19 uma pandemia mundial e autoridades governamentais em várias jurisdições impuseram lockdowns e restrições preventivas para conter o vírus, reduzindo a atividade operacional de inúmeros setores.

Governos ao redor do mundo anunciaram medidas que preveem tanto assistência financeira, como não financeira aos setores econômicos interrompidos e organizações empresariais afetadas. No Brasil, os poderes Executivo e Legislativo publicaram vários atos normativos para, além de prevenir e conter a pandemia, mitigar os impactos na economia, como adiar pagamentos de impostos e taxas.

Embora o impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda seja incerto, algumas indústrias foram severamente afetadas pela redução na demanda por serviços e bens.

A Sistac presta serviços de inspeção, manutenção e reparo para o setor de Óleo e Gás, os quais foram estabelecidos como atividades essenciais pelo governo brasileiro nos termos do Decreto no 10.282/2020.

Devido a isso, não sofreu interrupção de suas atividades e limitou os efeitos negativos da Covid-19 nos resultados da Companhia nos últimos nove meses de 2020. A Companhia não prevê qualquer impacto material em seu desempenho no longo prazo, uma vez que a economia global deverá se recuperar gradualmente nos próximos anos.

Ao longo do ano de 2022, pode-se observar a regressão da pandemia de Covid-19, devido a uma grande parcela da população que se vacinaram e voltaram gradualmente as suas atividades presenciais.

A Sistac, em 2022, teve sua receita preponderante constituída pelo mercado privado, constituído majoritariamente por IOCs (International Oil Companies ou Independents Oils Companies, se brasileiras), que atingiu cerca de 55% do faturamento total. As operações com a Petrobras se mantiveram relevantes (aproximadamente 45% do faturamento total) e com expectativa de crescimento para o próximo exercício.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 15 de maio de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2 Base de preparação (continuação)

2.2. Base de elaboração

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As seguintes empresas estão incluídas na consolidação:

Controladas	Relação	Percentual Participação	
		31/12/2022	31/12/2021
SEASAFE Barcos Manufaturados S.A. ("SeaSafe") (vide Nota 1)	-	-	100,00%
SISTAC Sistema de Acesso S.A. ("SISTAC")	Direta	100,00	100,00%
Sistac B.V. ("SBV")	Indireta	100,00	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação (Continuação)

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (“a moeda funcional”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações financeiras são aquelas não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

3. Sumário das políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Consolidação

A Blue Ocean controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial

A Companhia consolida a entidade Sistac, sobre a qual detém 100% da posição patrimonial e o controle, isto é, está exposta ou têm direitos a retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável

3.2. Conversão de moeda estrangeira

3.2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Sumário das políticas contábeis (continuação)

3.2.2. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.3. Classificação corrente x não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

1. Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
2. Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
3. Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
4. É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais *ativos* são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado circulante quando:

5. Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
6. Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
7. Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
8. A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de crédito.

A Companhia não tem histórico de perdas relativas a recebimento de serviços realizados. Na prática a Companhia tem acordado com seus clientes o recebimento entre 30 e 90 dias.

Dessa forma, a provisão para perda esperada de créditos é muito baixa ou inexistente devido a evidência objetiva de que a Companhia tem de que receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber sem que haja perda de valor.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Em situações em que haja cessão fiduciária de aplicações financeiras, a demonstração é classificada no balanço patrimonial como "Aplicações em garantia". Quando o vencimento for superior a 12 meses, após a data do balanço, a classificação é feita no não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Sumário das políticas contábeis (continuação)

3.6. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativo financeiro

Classificação e mensuração

A avaliação dos ativos financeiros da Companhia está detalhada na tabela abaixo:

Instrumentos financeiros	Categoria e forma de mensuração
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	Valor justo por meio de resultado
Adiantamentos	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	Custo amortizado
Aplicações em garantia	Valor justo por meio de resultado
Depósitos judiciais	Custo amortizado
Ativo de contrato - retenções contratuais	Custo amortizado

Redução ao valor recuperável

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Passivo financeiro

Classificação e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são fornecedores, obrigações trabalhistas a pagar, obrigações contratuais, dividendos a pagar, empréstimo e financiamentos provisões de multas contratuais, saldos a pagar com partes relacionadas, passivo de arrendamento, Outros passivos financeiros e outras contas a pagar. Estes foram classificados como "Outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação.

Esses passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Sumário das políticas contábeis (continuação)

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

No corrente exercício econômico a investida utilizou instrumentos financeiros derivativos do tipo Swap para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de "hedge" são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

3.7. Estoques de materiais consumíveis

Os estoques são demonstrados e valorizados ao menor valor entre o custo médio ponderado, apurado a cada nova compra, o valor líquido de realização ou o custo de reposição, exceto máquinas, que são valorizadas ao custo identificado, que é inferior ao valor líquido de realização

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.8. Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada, de aproximadamente 5 anos dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Assim como outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Intangíveis de longo prazo

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. As vidas úteis econômicas são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Sumário das políticas contábeis (continuação)

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício

3.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, bases de apoio às operações. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Um ativo imobilizado é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício, em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

3.10. Impairment de ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCS.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração avaliou e não identificou, no final do período de reporte, indicação de que um dos seus ativos não financeiros possa ter sofrido desvalorização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Sumário das políticas contábeis (continuação)

3.11. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.12. Impostos e taxas

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório

Imposto de renda e contribuição social diferidos da investida

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa no valor de R\$ 17.058 (R\$ 5.850 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa é de R\$ 3.811 (R\$ 1.989 em 31 de dezembro de 2021).

ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações em que a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Sumário das políticas contábeis (continuação)

Em situações em que determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

Em 2022 e 2021 a Administração concluiu que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e procedem de tribunais administrativos e judiciais, sendo assim não identificou riscos e incertezas sobre seus processos.

Tributos sobre serviços

A Companhia está sujeita, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas:

1. Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e 1,65%; 2. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3% e 7,6%;

3. Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%.

Esses tributos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

3.13. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Prestação de serviços

A Companhia presta uma variedade de serviços, conforme descrito na tabela abaixo, que também fornece informações sobre a natureza, a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receitas relacionadas:

Tipo de Serviço: **Mergulho:** Serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos até SOM de profundidade, por meio de mergulhadores; **Embarcações:** apoio marítimo para a execução de atividades de mergulho e intervenções com uso de ROV; **Escalada:** Serviços de inspeção, reparo e manutenção através de escalada industrial; **Pull In/Pull Out:** Serviços de conexão e fixação (pull in) e desmobilização (pull out) de dutos fixos em unidades estacionárias de produção. **ROV:** Serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos com a utilização de ROVs (Remote Operated Vehicle); **Manutenção de Guinchos:** Serviços de inspeção, manutenção e reparo em guinchos; **Mergulho Profundo:** Serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos entre SOM e 300m de profundidade, por meio de mergulhadores em saturação; **Outros:** Demais serviços.

Natureza, época do cumprimento das obrigações de desempenho e condições de pagamento:

- As receitas são apuradas ao longo do mês através de medição dos serviços contratados.
- A medição é validada pelo cliente e reconhecida no resultado.
- Os valores são recebidos em até 30 da data do faturamento para Petrobras e em até 60 dias da data do faturamento para outros clientes.
- No caso da Petrobras, existem ativos de contrato oriundos de retenção contratual que são reconhecidos no circulante e na não circulante pelo seu valor presente, conforme descrito na Nota 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Sumário das políticas contábeis (continuação)

Reconhecimento da receita conforme CPC 47 (IFRS 15):

- O reconhecimento da receita ocorre diariamente mediante preenchimento de Relatório Diário de Operação (RDO).
- O estágio de conclusão para determinado valor da receita a ser reconhecida no período é avaliado com base em medições do serviço realizado, que consolidam os RDOs do período.
- O valor da prestação de serviços é determinado com base nos valores estabelecidos nos contratos.
- A receita de serviços a faturar corresponde a receita de serviços efetivamente prestados, cujos recebimentos são incondicionais e os documentos fiscais ainda não foram emitidos ao cliente

Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido e no material utilizado ou, com base em contrato de preço fixo. Os períodos dos contratos, geralmente, variam entre menos de um ano e até quatro anos. A Administração analisa os contratos de serviços, conforme abaixo:

- Os Faturamentos são realizados com base em relatórios de medição mensal aprovados pelos clientes;
- Os materiais utilizados na prestação de serviço são de propriedades da Sistac e não são entregues aos clientes;
- No caso de rescisão de contrato, a Sistac recebe pelos serviços executados e aprovados até o momento da rescisão do contrato; • A Companhia reconhece receitas quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; • Todas as receitas são provenientes de contratos de prestação de serviços por preço fixo e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato.
- Os contratos com a Petrobras possuem cláusula de retenção, ou seja, o serviço é prestado e existe um valor a receber incondicional, mas a Petrobras pagará o respectivo montante apenas no final do contrato. Essas retenções são consideradas pela Petrobras como uma forma de garantia para possíveis eventos de inadimplência de encargos sociais e são calculadas com base em um percentual aplicado sobre o valor faturado, conforme descrito na nota explicativa 9. Esses ativos de contrato são reconhecidos no ativo circulante e no ativo não circulante e são ajustados no final do contrato.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

3.14. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.15. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Sumário das políticas contábeis (continuação)

b) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non vesting conditions) o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

O plano de opções de ações da Companhia tem como característica o pagamento dos vestings antecipados, os quais foram pagos integralmente no momento da outorga e esse valor equivalia ao valor justo das opções dessa forma não há registro de valor de mercado das ações por não caracterizar perda para os acionistas da Companhia.

3.16. Lucro por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações da Sistac pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. O resultado por ação diluído é igual ao básico para todos os períodos apresentados pela inexistência de transações com potenciais efeitos dilutivos.

3.17. Informações por segmento

A Sistac desenvolve suas atividades de negócio considerando os seguintes segmentos operacionais: Mergulho, Embarcações, Mergulho Saturado e Serviços Top- Side, que são utilizados como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisões pelos principais tomadores de decisão da Sistac.

3.18. Arrendamento mercantil

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo é mensurado inicialmente ao custo que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na restauração do ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Sumário das políticas contábeis (continuação)

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado.

Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A taxa de desconto utilizada foi de 0,45% a.m.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso no "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "Passivo de arrendamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de curto prazo

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor:

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 correlato ao CPC 26 de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Sumário das políticas contábeis (continuação)

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. E não espera que haja alterações significativas em sua demonstração contábil.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.

As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Administração não espera que haja alterações significativas em sua demonstração contábil.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. E não espera que haja alterações significativas em sua demonstração contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, assim como as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão contempladas a seguir.

4.1. Imposto de renda, contribuição social

A Companhia e suas controladas está sujeita ao imposto sobre a renda, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a respectiva provisão. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia e suas controladas também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos (caso existam) no período em que o valor definitivo é determinado.

4.2. Provisão para riscos trabalhistas

A Companhia é parte em dois processos judiciais trabalhistas. Provisões são constituídas para as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação de risco é feita mediante parecer de advogados externos.

4.3. Depreciação e amortização

A depreciação é calculada para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

4.4. Instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.5. Avaliação do valor recuperável de ativos (*impairment test*)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do seu valor recuperável dos ativos não financeiros. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os principais grupos de contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: imobilizado e intangível. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto para o ágio, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas subsidiárias as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada centralmente, segundo as diretrizes da Administração, as quais orientam quanto à avaliação e proteção da Companhia e suas subsidiárias contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Risco cambial

Ainda que a totalidade dos seus serviços sejam prestados em território nacional, a SISTAC efetua parte de suas compras no mercado internacional e, portanto, está exposta ao risco cambial. Os principais desembolsos ocorrem nas seguintes moedas: dólar dos Estados Unidos (USD), euro (EUR), libra esterlina (GBP) e coroa norueguesa (NOK). Para fazer frente a estes desembolsos e reduzir sua exposição, a Sistac possui parte de seus contratos de receita reajustados mensalmente pelo dólar dos Estados Unidos (USD) pela taxa Ptax do Bacen. O risco cambial ocorre quando operações futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A Administração estabeleceu diretrizes que exigem que a Companhia e suas subsidiárias administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia possuía ativos ou passivos financeiros registrados em moeda estrangeira em seu balanço em volumes imateriais, principalmente Caixa e Fornecedores na controlada Sistac B.V.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Sistac possui aplicações financeiras que são remuneradas a partir das taxas de juros vinculados à taxa de Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Além disso, também possui empréstimos e financiamentos cujas taxas de juros também são referenciadas no CDI, portanto pós-fixados. Os empréstimos com taxas pré-fixadas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Sistac não possui empréstimos com taxas pré-fixadas. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São equacionados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, definindo a Companhia uma mudança razoável na taxa de juros e avaliando o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados para os ativos e passivos que representam as principais posições com juros.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores considerados relevantes, a Companhia analisa o risco de crédito de cada cliente. As análises de risco de crédito são realizadas periodicamente, consideram dados específicos disponíveis em mercado e, em função da relevância de cada cliente, são feitas de forma segmentada para o principal cliente (Petrobras) e demais clientes. A Administração não espera nenhuma perda material decorrente de inadimplência dos clientes. Também não existe histórico na Sistac de descumprimento por parte de qualquer cliente. A Companhia mantém seus investimentos em bancos e instituições financeiras de primeira linha, aplicando majoritariamente em fundos lastreados em títulos do tesouro nacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros (Continuação)

5.1. Fatores de risco financeiro (Continuação)

c) Risco de liquidez

A Companhia e suas subsidiárias monitoram as previsões de necessidade de fluxo de caixa para assegurar a existência de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Estas previsões levam em consideração, nomeadamente, os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas subsidiárias.

O excesso de caixa mantido pela Companhia e suas subsidiárias, além do saldo exigido para Administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos adequados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A Companhia e suas subsidiárias mantinham fundos de curto prazo de no montante de R\$ 38.172 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 13.581 em 31 de dezembro de 2021) e outros ativos líquidos de R\$ 66.155 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 47.054 em 31 de dezembro de 2021) o qual se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Identificamos que os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos, por faixa de vencimento, que a totalidade do valor constante na conta de Fornecedores, a qual representa R\$ 7.696 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.707 em 31 de dezembro de 2021) os quais vencem num prazo menor que um ano. Este prazo corresponde ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

A conta de empréstimos e financiamentos representa R\$ 97.237 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 62.902 em 31 de dezembro de 2021).

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela a seguir são os montantes dos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar a fornecedores		2	76	7.696	3.707
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	77.070	50.954
Menos de 1 ano		2	76	84.766	54.661
Contas a pagar a fornecedores		-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	20.167	-
Entre 1 e 2 anos		-	-	20.167	-
Contas a pagar a fornecedores		-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	-	11.948
Entre 2 e 3 anos		-	-	-	11.948
Contas a pagar a fornecedores	13	-	76	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	-	-
Total		2	76	104.933	66.609

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros (Continuação)

5.1. Fatores de risco financeiro (Continuação)

d) Análise de sensibilidade

A Administração identifica para cada risco de mercado a qual a companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2022. Para cada situação identificada, a Administração define um cenário provável com base na informação disponível na data do balanço e considerando um cenário temporal de 3 meses.

Adicionalmente, apresenta dois cenários nos termos determinados pela CVM na referida instrução: (i) um cenário identificado como "possível" com deterioração e valorização na cotação da variável de risco de 25% em relação ao cenário provável, e (ii) outro cenário identificado como "remoto" com deterioração e valorização na cotação da variável de 50% em relação ao cenário provável.

O quadro a seguir apresenta, para cada situação, o efeito na variação da taxa de juros no resultado antes dos impostos, considerando horizonte de um ano, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações contábeis individuais e consolidadas contendo tal análise.

	<u>Fator de Risco</u>	<u>Montante</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II Possível</u>	<u>Cenário III Remoto</u>
Cenário taxa de juros			25%	50%	75%
Aplicações financeiras	CDI	35.177	43.971	52.766	61.560
Empréstimos e financiamentos	CDI	(101.192)	(126.490)	(151.788)	(177.086)
Efeito líquido no resultado			<u>(82.516)</u>	<u>(99.023)</u>	<u>(115.526)</u>

A análise de sensibilidade apresenta a simulação de alterações no fator de risco taxa de juros (risco analisado), mantendo constante as demais variáveis, associadas a outros riscos. Conforme demonstrado a seguir, os cenários II e III consideram aumentos de 25% e 50% no fator de risco (taxa de juros - CDI), respectivamente.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros (Continuação)

5.2. Gestão de Capital (Continuação)

Em 2020, em função das mobilizações dos novos contratos teve como estratégia da Companhia aumentar o índice de alavancagem financeira. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, podem ser assim sumarizados:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos	13		-	101.192	62.902
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(316)	(92)	(38.172)	(13.581)
(-) Aplicações em garantia	6	-	-	(3.955)	
Dívida líquida		(316)	(92)	59.065	49.321
Patrimônio líquido		166.714	175.684	166.714	175.684
Patrimônio líquido e dívida líquida		169.398	175.592	225.779	225.005
Coefficiente de alavancagem		0%	0%	44,51%	22%

5.3. Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

Instrumentos financeiros	Categoria e forma de mensuração
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Valor Justo por meio do resultado
Parte relacionada - Arrendamento	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Custo amortizado

Os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo, caso existam, são avaliados utilizando diferentes métodos de avaliação, os quais correspondem a diferentes níveis, definidos como segue:

- **Nível 1**- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa encontra-se demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos bancários	316	92	2.997	178
Aplicações financeiras ^(a)	-	-	35.175	13.403
Total	316	92	38.172	13.581

- (a) As aplicações financeiras apresentam elevado grau de liquidez e baixo risco financeiro, sendo o seu saldo, em sua maior parte, representado por certificados de depósitos bancários CDB ou fundos de investimentos mantidos, e tendo como média 97,80% do CDI, em 31 de dezembro de 2022 (95,04% do CDI em 31 de dezembro de 2021), em instituições de primeira linha.

7. Estoques de materiais consumíveis

O saldo de estoques de materiais consumíveis encontra-se demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e Peças de Reposição ^(a)	6.244	8.273
Materiais Hidráulicos e Pneumáticos	2.282	2.537
Materiais Elétrico e Eletrônico	2.024	2.857
Outras Matérias Primas	-	151
Ferramentas e Acessórios ^(a)	854	1.387
Utensílios e Materiais Consumíveis	3.765	4.558
Produtos Acabados	-	503
Outros	3.641	3.245
Estoques	18.810	23.511
Provisão para ajuste a valor de mercado	-	(207)
Total	18.810	23.304
Circulante	14.611	17.473
Não circulante	4.199	5.831

- (a) A companhia possui em seus estoques ferramentas e peças de reposição de uso interno que, apesar de possuírem vida útil inferior a um ano, são exigências contratuais ou itens de garantia operacional, e por isso apresentam giro de estoque superior a 12 meses. Por esse motivo, esses itens são apresentados como estoques consumíveis de longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes segregado por segmento e prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Mergulho (a)	28.263	26.474
Embarcações (b)	17.949	8.906
Mergulho Saturado(c)	14.125	5.451
Serviços <i>Top-Side</i>	5.818	6.223
Total	66.155	47.054
A faturar*	35.660	38.110
A vencer em até:		
Faturados:	30.495	8.944
Vencidos	1.732	582
De 1 a 30 dias	28.763	8.362
De 31 a 60 dias	-	-

a) O maior volume do contas a receber do segmento de mergulho é devido a uma concentração de aprovações de medições de serviços prestados, cuja execução aconteceu nos últimos meses do ano para o mercado IOC.

b) As variações do contas a receber do segmento de embarcações ocorreram devido a uma concentração de faturamento em dezembro de 2022 após a aprovação de medições de serviços prestados em meses anteriores para o mercado IOC.

c) As variações do contas a receber do segmento de mergulho saturado ocorre devido a uma combinação de serviços prestados para a Petrobras e IOC nos últimos meses de 2022. Destaque para os serviços prestados para o IOC em novembro de 2022, que supera os valores de serviços prestados para a Petrobras em dezembro de 2022.

Do montante que compõem as contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2022, um total de R\$ 30.495 (R\$ 8.944 em 31 de dezembro de 2021) corresponde a serviços prestados, que já possuem boletins de medição aprovados pelos clientes e já estavam faturados, outros R\$ 35.660 (R\$ 38.110 em dezembro de 2021) correspondem a serviços prestados, que já possuem boletins de medição aprovados pelos clientes, porém não estavam faturados.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas. A investida revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. As taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Ativo de contratos – retenções contratuais

Contratualmente a Petrobras retém como caução, nos recebimentos das notas fiscais de serviço, percentuais estão apresentadas no quadro abaixo:

Tipo de Serviço	% de Retenção Contratual
Mergulho profundo	2,50%
Mergulho raso	1,93%

O encerramento de alguns contratos firmados com a Petrobras ocasionou uma redução das retenções. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de contas a receber por retenções contratuais junto a Petrobras é de R\$9.933 (R\$19.720 em 2021).

10. Investimentos

A movimentação dos saldos de investimentos em controladas em 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

	SISTAC	SEASAFE	Total
Equivalência Patrimonial	128.282	(5.035)	123.247
Mais-Valia e <i>Good Will</i>	31.419	4.013	35.432
Saldo em 31 de dezembro de 2019	159.701	(1.022)	158.679
Participação	90,00%	100,00%	
Resultado de equivalência Patrimonial	3.961	(202)	3.759
Resultado abrangente	27	-	27
Dividendos mínimos obrigatórios	(941)	-	(941)
Compra de ações	14.253	-	14.253
Amortização de mais-valia de ativo fixo	(1.281)	(17)	(1.298)
Amortização de mais-valia de contratos	-	-	-
Equivalência patrimonial	145.583	(5.237)	140.346
Mais-Valia e <i>Good Will</i>	30.138	3.996	34.134
Saldo em 31 de dezembro de 2021	175.721	(1.241)	174.480
Participação	100%	100%	
Resultado de equivalência patrimonial	(7.724)	148	(7.576)
Resultado abrangente	155	-	155
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ^(a)	470	-	470
Incorporação da Investida ^(b)	(5.089)	5.089	-
Amortização de mais-valia de ativo fixo	(1.281)	(17)	(1.298)
Amortização de mais-valia de contratos	-	-	-
Incorporação da Investida ^(b)	3.979	(3.979)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	166.231	-	166.231
Participação	100%	-	

(a) Referente a valor destinado a futura incorporação no capital social da Sistac conforme AGO realizada em 29 de abril de 2022.

(b) Referente a incorporação da Seasafe na Sistac.

Blue Ocean Embarcações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos (Continuação)

Os principais saldos das controladas estão demonstrados a seguir:

Balança Patrimonial	SISTAC		SEASAFE	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	152.342	111.233	-	605
Ativo não circulante	136.194	144.401	-	425
Exigibilidades	155.139	110.049	-	6.267
Patrimônio líquido	133.397	145.585	-	(5.237)
Demonstração Resultado	2022	2021	2022	2021
Receita Líquida de vendas e/ou serviço	251.824	264.515	-	-
Custos dos serviços prestados	(226.857)	(228.516)	-	-
Lucro bruto	24.967	35.999	-	82
Despesas operacionais	(30.663)	(26.304)	-	(274)
Resultado financeiro	(5.025)	(4.316)	-	(10)
Lucro antes dos impostos	(10.722)	5.379	-	(202)
Impostos sobre o Lucro	2.998	(1.418)	-	-
Resultado do exercício	(7.724)	3.961	-	(202)

11. Intangível

Segue no quadro abaixo a movimentação dos saldos consolidados de intangível no período:

	Software	Contratos	Good Will	Good Will	Total
	5 anos	5 anos	"SISTAC"	"SeaSafe"	
Vida útil média em anos					
Custo Histórico	4.327	27.322	19.009	3.633	54.291
Amortização Acumulada	(2.859)	(27.322)	-	-	(30.181)
Saldo em 31/12/2020	1.468	-	19.009	3.633	24.110
Aquisições no período	1.050	-	-	-	1.050
Amortização do exercício	(730)	-	-	-	(730)
Custo Histórico	5.377	27.322	19.009	3.633	55.341
Amortização Acumulada	(3.589)	(27.322)	-	-	(30.911)
Saldo em 31/12/2021	1.788	-	19.009	3.633	24.430
Aquisições no período	1.295	-	-	-	1.295
Transferências	-	-	3.633	(3.633)	-
Amortização do exercício	(659)	-	-	-	(659)
Custo Histórico	6.672	27.322	22.642	-	56.636
Amortização Acumulada	(4.248)	(27.322)	-	-	(31.570)
Saldo em 31/12/2022	2.424	-	22.642	-	25.066

Blue Ocean Embarcações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

A movimentação do período dos ativos imobilizados da companhia está demonstrada a seguir:

	Máquinas, Aparelhos	Equipamentos de Mergulho	Embarcações	Docagem	Guinchos Pull-in Pull-out	IFRS 16	Outros	Total
Vida útil média em anos	10 anos	5 anos	20 anos	2,5 anos	10 anos	2 anos	5 a 10 anos	
Custo Histórico	59.996	77.350	66.377	13.978	7.478	1.827	18.712	245.718
Depreciação Acumulada	(21.738)	(35.893)	(20.463)	(6.366)	(5.118)	(1.495)	(11.084)	(102.157)
Saldo em 31/12/2020	38.258	41.457	45.914	7.612	2.360	332	7.628	143.561
Movimentação em 2021								
Aquisições do exercício	2.936	987	276	370	-	469	1.412	6.450
Depreciação exercício	(6.052)	(11.739)	(4.098)	(2.993)	(796)	(149)	(1.967)	(27.794)
Baixas (Custo)	-	(1)	(3)	(328)	-	-	(9)	(341)
Baixas (Depreciação)	-	-	1	63	-	-	2	66
Custo Histórico	62.932	78.336	66.650	14.020	7.478	2.296	20.115	251.827
Depreciação Acumulada	(27.790)	(47.632)	(24.560)	(9.296)	(5.914)	(1.644)	(13.049)	(129.885)
Saldo em 31/12/2021	35.142	30.704	42.090	4.724	1.564	652	7.066	121.942
Movimentação em 2022								
Aquisições no exercício	4.590	3.661	1.571	6.206	3	2.330	3.146	21.507
Depreciação exercício	(5.047)	(11.571)	(4.117)	(1.695)	(751)	(639)	(2.009)	(25.829)
Baixas (Custo)	(532)	(1.380)	(95)	(1.335)	(23)	-	(702)	(4.067)
Baixas (Depreciação)	354	1.269	27	1.332	16	-	452	3.450
Custo Histórico	66.990	80.617	68.126	18.891	7.458	4.626	22.559	269.267
Depreciação Acumulada	(32.483)	(57.934)	(28.650)	(9.659)	(6.649)	(2.283)	(14.606)	(152.264)
Saldo em 31/12/2022	34.507	22.683	39.476	9.232	809	2.343	7.953	117.003

A Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

A Companhia não possui qualquer linha de crédito não utilizada. Os empréstimo e financiamentos foram captados pela SISTAC com o objetivo de financiar a expansão projetada para as atividades da mesma. Os valores contábeis dos empréstimos da Companhia são integralmente denominados em reais brasileiros.

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

		Prazo final	Encargos médios a.a	Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2021
Banco Santander Luxemburgo	Lei 4131	2022	2,75%+CDI	-	5.690
Banco Santander	Lei 4131	2022	2,85%+CDI	-	9.977
Caixa Econômica Federal	Kgiro	2024	3,91%+CDI	19.326	18.000
Banco Santander	FGI	2023	9,51%pré-fixada	2.895	6.917
Banco Bradesco	Kgiro	2023	23,15%	10.731	20.127
Banco ABC	Kgiro	2024	3,68%+CDI	4.032	7.904
Banco Itaú	Ponte	2023	3,85%+CDI	55.661	-
Banco Itaú	Kgiro	2023	5,9%+CDI	8.547	-
				101.192	68.615
(-) Depósito em garantia				(3.955)	(5.713)
Total				97.237	62.902
Instrumento financeiro derivativo (*)				(3.626)	-
Total circulante				77.070	47.041
Vencimento entre 1 e 2 anos				161	-
Vencimento entre 2 e 3 anos				20.006	15.861
Total não circulante				20.167	15.861

(*) A Companhia tem contratados instrumentos financeiros derivativos do tipo SWAP para se proteger do risco de variação das taxas de cambio nos empréstimos com o Itaú.

A movimentação em 2022 e 2021 dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo Inicial	62.902	86.175
Captação	94.214	33.650
Deposito em garantia	-	(4.213)
Liberação de conta garantia	1.758	500
Provisão de juros	8.491	6.011
Variação cambial	5.172	-
Pagamento de principal	(68.284)	(52.831)
Pagamento de juros	(7.016)	(6.390)
Saldo final	97.237	62.902

Blue Ocean Embarcações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações trabalhistas

Os saldos de obrigações trabalhistas da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Provisão de férias	13.448	12.573
Remunerações a pagar	13.820	11.183
Provisão de bônus de performance	3.687	4.013
Encargos de folha a pagar	-	16
Contribuição sindical a pagar	6	18
Total	30.961	27.803

15. Contas a pagar

O saldo de contas a pagar a fornecedores representa as obrigações da Companhia decorrentes das compras de equipamentos operacionais, materiais, equipamentos e serviços necessários para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os saldos de contas a pagar da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	2	-	5.894	3.270
Fornecedores estrangeiros	-	-	1.802	437
Total	2	-	7.696	3.707

16. Adiantamentos de despesas

Referente a adiantamentos a fornecedores e funcionários para pagamento de despesas futuras e despesas pagas antecipadamente a apropriar. Os saldos de adiantamentos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores nacionais	5.735	1.250
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	4.519	1.231
Prêmios de seguros a apropriar	-	1.386
Outras despesas antecipadas a apropriar	-	251
Adiantamentos a funcionários	483	540
Total	10.737	4.658

Blue Ocean Embarcações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Impostos a recolher e a recuperar

Os saldos de impostos a recolher e a recuperar da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IR e CS sobre Faturamento	-	-	10.659	13.196
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	-	-	79	84
IRRF sobre Aplicações Financeiras	173	173	450	286
PIS & COFINS a Recuperar	-	-	126	125
ISS a Recuperar	-	-	103	103
INSS a Recuperar	-	-	1.893	3.712
Outros impostos a recuperar	-	-	252	560
Impostos a recuperar	173	173	13.562	18.066
PIS & COFINS a recolher	-	-	4.587	3.130
ISS a Recolher	-	-	341	315
ICMS	-	-	2.345	-
IRRF sobre folha de pagamento	-	-	85	1.810
Impostos retidos de fornecedores	3	1	176	313
Outros impostos a recolher	-	-	4.587	278
Impostos a recolher	3	1	7.534	5.846

18. Provisão para contingencias

A Companhia é parte em processos trabalhistas, tributários e administrativos. As provisões devem ser constituídas para todos os processos para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A movimentação do saldo de provisão é demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	20	171
Provisões	1.169	-
Reversões	(20)	(151)
Saldo final	1.169	20

A Companhia possui processos contingentes para os quais, conforme os consultores jurídicos probabilidade de perda foi estimada como possível, pelo montante de R\$ 31.021 (R\$ 19.661 em 31 de dezembro de 2021).

Blue Ocean Embarcações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Capital social

A Companhia foi constituída em 30 de novembro de 2015 com a subscrição de 1.000 ações pelo valor de R\$ 1 mil.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2015, a Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 156.599, emitindo 156.599.100 novas ações totalmente integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de abril de 2016, a Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 370, emitindo 370.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de julho de 2016, a Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 250, emitindo 250.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de setembro de 2019, a Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 930, emitindo 930.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em 5 de maio de 2020, os acionistas aportaram o montante de R\$ 800 à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais foram capitalizados por meio da AGE de 1º de março de 2021 no qual a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 1.400, emitindo 1.400.000 novas ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 800 mil, emitindo 800.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em Ata de Reunião do comitê de investimento na data de 09 de fevereiro de 2022, foi aprovado pelos acionistas a celebração de Instrumento de AFAC no montante de R\$ 200, que deverá ser convertido em aumento de capital social no prazo de até 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é composto como segue:

<u>Data da Assembleia</u>	<u>Ações</u>	<u>Capital Social</u>
30 de novembro de 2015	1.000	1
21 de dezembro de 2015	156.599.100	156.599
18 de abril de 2016	370.000	370
29 de julho de 2016	250.000	250
18 de setembro de 2019	930.000	930
1º de março de 2021	1.400.000	1.400
30 de dezembro de 2021	800.000	800
Total	160.350.100	160.350

Blue Ocean Embarcações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receita operacional líquida de serviços

A reconciliação entre a receita bruta por atividade e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Mergulho	116.175	156.399
Embarcação	80.058	62.426
Mergulho profundo	59.606	44.083
<i>Pull-in / Pull-out</i>	2.039	15.188
Escalada	24.440	16.399
ROV	397	3.541
Outros	419	20
Receita bruta de vendas e serviços	283.134	298.056
(-) Impostos incidentes sobre receita ^(a)	(31.162)	(33.541)
Receita operacional líquida	251.972	264.515

a) Os impostos incidentes sobre as receitas de atividades da Companhia são os ISS, PIS e COFINS.

21. Resultado financeiro líquido

A composição do resultado financeiro da Companhia está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	1.765	1.028
Instrumento financeiro derivativo	-	-	3.626	-
Atualização Montearia	-	-	4.936	2.710
Variação cambial	-	-	215	-
Outras receitas financeiras	-	-	83	17
Receita financeiras	-	-	10.625	3.755
Juros sobre empréstimos	-	-	(8.267)	(5.860)
Despesas de Juros e Mora	(2)	(2)	(364)	(552)
Variação cambial	-	-	(5.470)	(768)
Tarifas bancárias	(1)	(1)	(629)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(923)	(904)
Despesas financeiras	(3)	(3)	(15.653)	(8.084)
Resultado financeiro, líquido	(3)	(3)	(5.028)	4.329

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Despesas por natureza

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia se encontram demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Gastos com pessoal	(17)	(29)	(158.099)	(166.322)
Depreciação e amortização (a)	-	-	(23.934)	(26.502)
Serviços contratados	-	(208)	(21.747)	(18.849)
Custos de materiais aplicados	-	-	(20.154)	(13.979)
Condomínio, locações e arrendamento	-	-	(8.920)	(8.334)
Outros custos gerais	-	-	(10.165)	(10.033)
Gastos com viagens e estadias	-	-	(15.135)	(12.368)
Multa contratual	-	-	-	-
Comunicação	-	-	(152)	(135)
Materiais de consumo	-	-	(201)	(82)
Outros impostos e taxas	-	-	(362)	(996)
Publicações	-	-	(8)	(8)
Energia elétrica	-	-	(75)	(56)
Curso, treinamentos e seminários	-	-	(3)	(113)
Combustível, pedágio e estacionamento	-	-	(12)	(5)
Refeições e lanches	-	-	(16)	(24)
Seguro de vida	-	-	-	-
Multas	-	-	(177)	(27)
Contribuições sindicais	-	-	(166)	(68)
Provisões para contingências	-	-	(848)	151
Provisão para perda de valor de estoque	-	-	-	-
Reversão de provisões	-	4.817	-	(140)
Outras despesas comerciais	-	-	(18)	(22)
Outras despesas administrativas	(2)	-	(200)	(2)
Outras despesas operacionais	-	-	-	(857)
Outras receitas operacionais	-	-	2.423	2.285
Total	(448)	4.580	(257.969)	(256.486)
Custo dos produtos vendidos	-	-	(226.857)	(229.672)
Despesas comerciais	-	-	(48)	(167)
Despesas administrativas	(448)	(237)	(29.656)	(25.588)
Despesas gerais	-	-	(3.831)	(3.344)
Outras receitas e despesas líquidas	-	4.817	2.423	7.101

(a) Líquido de créditos PIS/COFINS sobre depreciação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Despesa de Imposto de renda e contribuição social

A taxa efetiva de imposto difere da taxa nominal, principalmente pela consideração de despesas não dedutíveis para fins fiscais e diferenças temporárias, conforme segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Resultado antes de IR e CSLL	(12.323)	8.457
Diferenças temporárias - adições		
Provisão para bônus e dissídio	16.815	11.480
Provisão para multa contratual	-	-
Outras despesas não dedutíveis	3.680	1.676
	20.495	13.156
Diferenças temporárias - exclusão		
Reversão provisão de contingência	(20)	(151)
Reversão multa contratual	-	-
Reversão de bônus e dissídio	(17.899)	(6.863)
Outras despesas dedutíveis	(4.867)	(1.404)
Outras reversões	-	-
	(22.886)	(8.418)
Diferenças permanentes - adição e exclusão		
<i>Transfer price</i>	-	-
Bônus diretoria	1.362	477
Amortização de mais-valia	1.289	1.298
Outras despesas permanentes	543	(1.597)
	3.203	178
Base de cálculo	(11.511)	13.373
Alíquota IRPJ e CSLL (Taxa Nominal)	34%	34%
IR e CSLL Corrente	(3.914)	4.547
PAT (Programa de alimentação do trabalhador)		
IR e CSLL Corrente	-	(3.029)
IR e CSLL Diferido	2.998	1.611
IR e CSLL (Total)	2.998	(1.418)
Taxa nominal	34%	34%
Taxa efetiva	27,96%	26,36%

A Sistac possui impostos diferidos ativos registrados sobre prejuízos fiscais e sobre diferenças temporárias. Pelo histórico de lucro tributável, manutenção de contratos com clientes e conforme projeção de resultados futuros da Companhia, a expectativa é de todo o saldo dos créditos tributários seja realizado nos próximos exercícios. A movimentação de 2022 e 2021 do imposto diferido ativo no período está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo Inicial	6.550	4.939
Provisões	2.998	1.611
Saldo final	9.547	6.550

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

Adicionalmente, a Sistac possui salas comerciais de propriedade de acionistas minoritários alugadas. Essas são a sede da mesma.

24.1. Remuneração dos administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros) e pró-labore. O total de benefícios de curto prazo pagos aos Administradores em 2022 foi de R\$ 2.679 (R\$ 2.948 em 2021).

24.2. Programa de remuneração baseado em ações

A Assembleia Geral Extraordinária a Sistac aprovou em 30 de dezembro de 2016, a criação do Plano de Opções de Compra de Ações, programa de incentivo de longo prazo de compra de ações, com o objetivo de integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia, a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações das ações da Companhia.

O mencionado plano consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, outorgadas ao executivo, Beneficiário do programa, a determinado preço de exercício por ação -ou preço de compra da ação - que deve ser exercido em período ou prazo de exercício.

Na data do exercício do direito as ações alienadas ao Beneficiário do plano primário devem ser objeto de uma nova subscrição.

O plano prevê ainda, que, os demais acionistas da Companhia não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções. Dessa forma, ocorre a diluição do capital da Companhia de forma proporcional à quantidade das novas ações subscritas.

O beneficiário do Plano pode exercer o direito de compra das ações disponibilizadas a partir de cada uma das datas de maturação (*vesting*) do plano, podendo exercer o direito de compra até a data de expiração do referido direito (8 anos contados após 30 de dezembro de 2016, data de celebração do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações entre os Executivos contemplados pelo Plano e a Sistac).

O beneficiário possui direito de venda conjunta (*tag along*) proporcional a participação societária detida, mas tem o dever de venda conjunta (*tag along*), podendo a Companhia nesse caso exigir a venda da posição detida pelo beneficiário.

A cada outorga, o executivo elegível tem o direito de adquirir as ações vendidas pelo preço de exercício atualizado até a data de aquisição das ações outorgadas.

A quantidade de opções de compra e o preço de exercício são estabelecidos conforme Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrado entre os Executivos e a Sistac.

De acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações foi autorizado a concessão do direito de compra da totalidade de 169.931 ações com o preço de exercício de R\$ 61,25 por ação, corrigido pelo IPC-A desde 30 de dezembro de 2016, data de celebração do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações até a data da efetiva subscrição ou compra, conforme o caso. As informações sobre os programas estão abaixo descritas:

Plano de Opção de Compra de Ações

Quantidade de Opções Outorgadas aos Participantes: 169.931

Preço de Exercício: R\$ 61,25

Correção do Preço de Exercício: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde 30 de Dezembro de 2016 até a data de exercício da opção de compra.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas (Continuação)

24.2. Programa de remuneração baseado em ações (Continuação)

Prazo para Exercício das Opções

(a) Até 30 de Setembro de 2017, o participante não poderá exercer as opções

(b) A partir de 01 de Outubro de 2017 até 30 de Setembro de 2018, o participante poderá exercer até 12,5% das opções.

(c) A partir de 01 de Outubro de 2018 até 30 de Setembro de 2019, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 37,5% das Ações.

(d) A partir de 01 de Outubro de 2019 até 30 de Setembro de 2020, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 62,5% das Ações.

(e) A partir de 01 de Outubro de 2020 até 30 de Setembro de 2021, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 87,5% das Ações.

(f) A partir de 12 de Outubro de 2021, o participante poderá exercer até 12,5% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 100,0% das Ações.

<u>Data da Maturação</u>	<u>Quantidade das Ações Outorgadas</u>	<u>Correção no preço do exercício</u>	<u>Data de vencimento (expiração)</u>
A partir de 01/10/2017	21.241	IPCA	31/12/2024
A partir de 01/10/2018	42.483	IPCA	31/12/2024
A partir de 01/10/2019	42.483	IPCA	31/12/2024
A partir de 01/10/2020	42.483	IPCA	31/12/2024
A partir de 01/10/2021	21.241	IPCA	31/12/2024
Total	169.931		

Mensuração do valor justo

A mensuração foi realizada através do Método da Simulação de Monte Carlo para a precificação de opções de ações, considerando que a ação segue um processo aleatório predeterminado. Como o direito de exercício pode ser exercido a qualquer momento entre a data inicial de exercício e a data de expiração do direito, as opções em questão são do tipo americana. Portanto, o modelo mais adequado para a precificação das mesmas é o Método de Simulação de Monte Carlo aplicado sobre o preço do Ativo, que segue um processo estocástico predefinido. Segue abaixo as premissas adotadas na determinação do valor justo das opções:

Preço de Exercício: R\$ 61,25 por ação

Duração (Vesting Period): 8 anos

Taxa de Retorno Livre de Risco: 5,91% - IPCA

Volatilidade Esperada (% aa): 28,87%

Valor Justo Apurado das Opções em 2016: R\$ 462.792,42

O valor justo das opções outorgadas em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 112, (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2021), valores estes referentes ao *vesting period*.

Ao longo do exercício de 2020 houve a saída de um executivo que possuía direito às opções de compra de ação. No momento da saída, as opções de compra de ações válidas as quais este executivo possuía direito não foram exercidas. Tanto estas opções quanto as opções ainda à maturar, totalizando 128.736 opções de compra de ações, foram canceladas. Este movimento gerou uma reversão das provisões efetuadas no valor de R\$ 341.

Até a presente data as outorgas maturadas não foram exercidas pelos beneficiários indicados pelo Conselho de Administração. As opções dos programas acima somente poderão ser exercidas em caso de ocorrência de Alienação total das ações da Companhia a terceiros, ou na hipótese de venda de Controle da Companhia. A Administração da Companhia informa que não foram exercidas quaisquer opções.

Blue Ocean Embarcações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Seguros

A Companhia gere os seus riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade os riscos envolvidos em suas operações a orientação de seus consultores de seguros. Além disso a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

Os valores segurados em 31 de dezembro de 2022 é de:

Ramo	Seguradora	Prêmio Total	Valor Segurado
Autofrota	Porto Seguro	6	100% Tabela FIP
Cascos marítimos	Axa	108	95.246
Patrimonial	FairFax	89	56.369
RD equipamentos	Bradesco	33	1.600
Ambiental	Starr	671	35.000
P&I(a)	ShipOwners	55	5.300.000
Responsabilidade civil geral	Chubb	22	39.000
Riscos de petróleo	Tokio Marine	769.281	70.000
D&O	Zurich	57.556	50.000

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeiras, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

26. Eventos subsequentes

Em 06 de março de 2023, a investida SISTAC concluiu a 1ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações. O montante total captado foi de R\$ 120 milhões e foi dividido entre Itaú, Caixa Econômica e Bradesco, nos valores de 70 milhões, 40 milhões e 40 milhões respectivamente, com prazo de 5 anos após a emissão.

Covenants Financeiros

- Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5x a partir de dezembro de 2023, apurado anualmente;

Garantias

- Aval da Blue Ocean Embarcações S.A.;
- Cessão fiduciária de direito creditório de contrato de afretamento e/ou prestação de serviço firmado junto à Petrobras;
- Trânsito de recebíveis maior que 3x o valor da próxima prestação (principal + juros) em uma conta vinculada designada;
- Manutenção de saldo a performar em contratos com a Petrobras de valor maior que 200% do saldo devedor.